



A GUERRA CONTRA O PARAGUAI, A CULTURA VISUAL E OS DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Álvaro Saluan da Cunha¹

Introdução: a pedagogia da guerra e o discurso da civilização

A modernidade latino-americana, forjada sob os escombros do colonialismo europeu, consolidou-se por meio de projetos simbólicos que, através da educação, das artes e da história oficial, buscaram construir uma imagem coesa das nações. No Brasil, esse processo adquiriu contornos específicos na maneira como a guerra contra o Paraguai (1864-1870) foi narrada, estetizada e reproduzida em diferentes suportes, da imprensa ilustrada aos materiais didáticos posteriores ao conflito.

Ao transformar o episódio bélico em epopeia visual, esses dispositivos mediadores articulavam os interesses do projeto imperial com o desejo de reconhecimento internacional. A guerra tornou-se palco simbólico para a afirmação de uma identidade nacional associada aos ideais de civilização e modernidade europeus. Essa construção, ainda hoje, reverbera nas práticas escolares, especialmente no ensino de História, onde os legados dessa pedagogia da glória permanecem presentes (Cunha, 2019; 2023).

A coleção “Quadros históricos da guerra do Paraguay” (Cunha, 2020), organizada por Antônio de Almeida, Augusto de Castro e Angelo Agostini, editada no início de 1870, exemplifica essa articulação entre política, estética e pedagogia. As gravuras, baseadas em óleos de artistas como Victor Meirelles, Pedro Américo e Edoardo De

¹ Pós-doutorando em História na Universidade Federal Fluminense, na linha de pesquisa Cultura e Sociedade. Doutor em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharel e licenciado em História com ênfase em Patrimônio Histórico pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com período sanduíche na Universidade do Porto (UPorto/Portugal). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: asaluan@hotmail.com

Martino, acompanhadas de textos laudatórios, condensavam um repertório visual voltado à celebração dos feitos militares brasileiros no Prata (Cunha, 2019).

Mais do que ilustrações de episódios da guerra, tais imagens constituíam uma pedagogia visual, estruturada para associar o Brasil aos sentidos de modernidade e civilização propagados pelas potências europeias. Contudo, uma análise intercultural crítica permite tensionar os limites desse discurso celebratório, problematizando as ausências e silenciamentos inscritos nas representações visuais.

É imprescindível, no contexto apresentado, aprofundar o olhar sobre os modos como tais artefatos, gerados em um ambiente imperial e nacionalista, continuam a ser mobilizados nas escolas brasileiras. Tal exercício propicia experiências curriculares que estimulam a leitura crítica das representações visuais da guerra, desnaturalizando narrativas heroicas e incentivando o questionamento dos silêncios presentes nas fontes. No ensino de História, o desafio está em superar a mera descrição das imagens, abrindo caminho para uma problematização de seus significados históricos, sociais e políticos.

A estética da guerra, encenada em gravuras e textos memorialísticos, contribuiu para eclipsar sujeitos e culturas que compõem o mosaico latino-americano. Ao associar o Brasil ao progresso técnico e ao heroísmo militar, as narrativas reforçaram estereótipos, desumanizando o outro americano e apagando as complexidades do conflito. Esse processo, descrito por Puiggrós (2003) como uma pedagogia normalizadora, visava à homogeneização do passado e à submissão dos dissensos à lógica do Estado-nação.

Reexaminar tais fontes a partir de uma perspectiva capaz de desconstruir marcas elitistas e nacionalistas do código disciplinar da História (Cuesta Fernández, 1997; Abud, 2011) é uma tarefa urgente, sobretudo quando consideramos suas permanências em contextos escolares contemporâneos. O trabalho docente, neste sentido, adquire centralidade, pois permite reelaborar sentidos atribuídos a imagens canônicas, confrontando-as com conflitos, apagamentos e resistências da história em nosso continente.

Os estudos sobre a coleção “Quadros históricos da guerra do Paraguai” (Cunha, 2020) e sobre as ilustrações publicadas na “Semana Ilustrada” (1860-1876), “Vida Fluminense” (1868-1875), “Diabo Coxo” (1864-1866) (Camargo, 2005) e “O Cabrião” (1866-1867) (Agostini, Campos, Reis, 2000) apontam caminhos para uma prática pedagógica capaz de subverter os valores atribuídos a essas imagens ao ensinar história (Cunha, 2019; 2023). A partir da análise das conexões entre discursos civilizatórios e a guerra, bem como dos modos de circulação e recepção das gravuras, destacam-se tensões, disputas e heterogeneidades que devem ser exploradas no espaço escolar.

Baseando-se nas pesquisas de mestrado e doutorado, bem como nas experiências pedagógicas em escolas públicas e privadas, incluindo a EJA, este artigo propõe refletir sobre alguns dos desafios e possibilidades colocados aos professores de História diante das heranças visuais da guerra contra o Paraguai. Trata-se de problematizar os conteúdos, as formas de mediação e as estratégias didáticas capazes de desconstruir narrativas cristalizadas, abrindo espaço para leituras plurais e críticas.

Ao apostar em uma abordagem intercultural e decolonial, é possível valorizar, no trabalho pedagógico, a escuta de vozes silenciadas, incentivar a análise das visualidades como construções discursivas e promover a sensibilização às desigualdades, aos conflitos de memória e às disputas por reconhecimento social e cultural.

Interculturalidade crítica e os limites curriculares: desafios ao ensino da guerra contra o Paraguai

A historiografia do ensino de História na América Latina tem produzido, nas últimas décadas, uma crítica incisiva a alguns dos paradigmas estruturantes da disciplina, tradicionalmente atrelada a projetos excludentes de modernidade e identidade nacional (Gasparello, 2002; Abud, 2011). Na acepção de Cuesta Fernández (1997), esse modelo consolidou um código disciplinar no qual é selecionado aquilo que deve ou não ser ensinado e, sobretudo, lembrado. Conforme aponta Cerri (2019), essa perspectiva esteve ancorada em práticas de memorização, elitismo e em uma narrativa factual, nacionalista e distanciada das experiências contemporâneas dos alunos e alunas.

No caso específico da guerra contra o Paraguai, essa lógica resultou na sua recorrente apresentação enquanto marco de exaltação nacional. O conflito é frequentemente retratado como uma vitória diplomática e militar, esvaziada de crítica às formas de coerção interna, ao racismo que marcou o recrutamento ou à destruição sistemática do território paraguaio (Squinello, 2024; Salles; Neto, 2020).

A monumentalização da memória (Le Goff, 2013) operou por meio da repetição de imagens e discursos autorizados, sendo exemplos aqueles presentes na coleção “Quadros históricos da guerra do Paraguay” (Cunha, 2020). A litografia da Rendição de Uruguaiana é exemplar desse processo. Nela, Dom Pedro II surge na condição de símbolo da unidade nacional, em uma encenação estética de poder e glória imperial (Cunha, 2019).

Essa narrativa, ao se infiltrar nos currículos e materiais didáticos, pode reforçar leituras homogêneas e celebrações acríticas dos acontecimentos em tela. Conforme Oliveira e Candau (2010), pensar o ensino de História a partir de uma perspectiva intercultural crítica exige o deslocamento desses pressupostos. O central não seria a inclusão de novos conteúdos, mas questionar os fundamentos epistemológicos e políticos sobre os quais se faz cotidianamente o ser professor.

Nos currículos da América Latina, a presença da guerra contra o Paraguai reflete os limites dessa perspectiva tradicional. No Brasil, o conflito aparece geralmente em um tópico dentro do Segundo Reinado, apresentado de maneira linear e simplificada, com ênfase na atuação militar e na vitória sobre Solano López (Salles, 2021; Dockhorn, 2020). No Paraguai, por outro lado, a guerra é tratada como uma tragédia fundadora, símbolo de resistência e sofrimento coletivo (Salles; Neto, 2020).

A Argentina e o Uruguai, por sua vez, relegaram o episódio a um lugar marginal em seus programas de História, com abordagens variantes entre a narrativa diplomática e algumas tentativas revisionistas. Embora movimentos de renovação historiográfica tenham surgido, as práticas escolares seguem marcadas por fronteiras simbólicas e pela reprodução de estereótipos nacionais. Essa lógica reforça a tradicional dicotomia

civilização versus barbárie, eixo central da ideologia que sustentou o conflito e suas representações visuais.

Tais dinâmicas revelam um problema substancial: a predominância de abordagens monoculturais e nacionalistas. No lugar da promoção do diálogo entre diferentes experiências históricas e do fomento à diversidade, prescrições curriculares e materiais didáticos contribuiriam para manter uma visão excludente e simplificadora da história latino-americana.

Para o ensino de História, isso significa a urgência de uma mudança de postura. Conforme Oliveira e Candau (2010), a interculturalidade crítica não se limita à inclusão de novos conteúdos. Exige uma transformação das formas de produção, circulação e recepção do conhecimento histórico. Significa reconhecer que a história ensinada é sempre situada, marcada por disputas de poder e por lutas simbólicas.

Ao reconhecer na história ensinada as marcas constantes de disputas de poder e lutas simbólicas (Oliveira; Candau, 2010), tematizar a guerra contra o Paraguai em perspectiva intercultural e crítica torna-se uma oportunidade pedagógica de primeira ordem. Seu ensino deve permitir a problematização dos modelos narrativos tradicionais, abrindo espaço para a leitura questionadora das fontes, a escuta de vozes silenciadas e a compreensão das relações de poder que moldaram as narrativas históricas.

A leitura das imagens, como as da coleção “Quadros históricos da guerra do Paraguay” (Cunha, 2020), pode ser uma chave de entrada para essa reflexão. Analisar enquadramentos, silêncios e dispositivos de poder nela presentes desafia a reprodução acrítica das memórias alegadamente oficiais.

Práticas pedagógicas com imagens: da leitura crítica à produção de sentidos no ensino de História

Ao longo das últimas décadas, diferentes experiências em sala de aula destacam o potencial das imagens como fontes privilegiadas para construir saberes históricos problematizadores. No caso específico da guerra contra o Paraguai, as representações

visuais funcionam não só na ilustração de episódios, mas também enquanto documentos carregados de intencionalidades socioculturais.

As práticas desenvolvidas entre 2022 a 2024 com turmas do Ensino Fundamental II regular e da EJA na cidade de Juiz de Fora, revelam que a abordagem de imagens pode mobilizar questionamentos sobre os usos públicos da memória, as desigualdades sociais e as continuidades coloniais presentes nas narrativas escolares. Em um contexto marcado pela centralidade das mídias visuais, abordar as litografias da coleção “Quadros históricos da guerra do Paraguai” (Cunha, 2020) como documentos históricos permite tensionar a narrativa heroica e linear ainda predominante em alguns livros didáticos (Dockhorn, 2020; Cunha, 2023).

Durante as atividades propostas, os alunos e alunas foram estimulados a realizar uma leitura crítica de imagens, dentre elas, a obra “A Batalha do Avaí”, de Pedro Américo, e caricaturas de Angelo Agostini, confrontando-as com textos de época e fontes historiográficas contemporâneas. Esse procedimento de análise comparativa possibilitou discussões sobre as intenções por trás das representações visuais, as escolhas iconográficas, as ausências e os silêncios produzidos pelas obras.

Questionamentos como “por que os soldados negros estão ausentes nas pinturas de Pedro Américo?” ou “qual a intenção de Agostini ao ridicularizar os discursos oficiais sobre a guerra?” emergiram espontaneamente, indicando um deslocamento significativo na relação dos alunos com as fontes históricas. Nas turmas da EJA, as leituras das imagens despertaram reflexões sobre invisibilidades sociais contemporâneas, aproximando o passado da experiência presente dos alunos e alunas.

Além das análises, foram desenvolvidas propostas de reinterpretação visual, nas quais os alunos produziram novas legendas, intervieram nas imagens originais ou criaram composições alternativas que incluíam sujeitos historicamente silenciados, como mulheres, crianças, indígenas e soldados anônimos. Essas atividades, inspiradas em metodologias de educação popular, permitiram uma reinscrição simbólica da memória da guerra.

Ao trabalhar a partir da noção de que “toda imagem é uma tese”, os alunos desenvolveram habilidades de leitura crítica, questionando a autoridade das narrativas consagradas e compreendendo as imagens como produções discursivas historicamente situadas (Squinello, 2024). Tal abordagem também favoreceu o desenvolvimento de procedimentos interpretativos, próximos às discussões contemporâneas sobre os sentidos do conhecimento histórico escolar, como a formação da empatia histórica e o reconhecimento das múltiplas temporalidades envolvidas nos processos de construção da memória coletiva (Miranda, 2013).

Outro aspecto relevante das experiências pedagógicas foi o confronto entre diferentes tipos de fontes: textos jornalísticos, relatos memorialísticos, documentos oficiais e imagens. A triangulação adotada propiciou a inquirição analítica desses artefatos, algo crucial para a mobilização dos saberes históricos diante de questões socialmente vivas no presente. O contraste entre as versões oficiais e as representações críticas, a exemplo das caricaturas publicadas em periódicos da época, ampliou o repertório interpretativo dos alunos e alunas.

A discussão sobre os usos políticos da memória visual também foi incorporada às atividades, incluindo debates acerca da permanência de narrativas heroicas nos livros didáticos atuais e nas celebrações cívicas. A compreensão da imagem como dispositivo de poder e não um reflexo passivo da realidade tornou-se um eixo articulador do trabalho em sala de aula.

Essas experiências explicitam que a leitura crítica da cultura visual pode ser um instrumento poderoso para desconstruir narrativas eurocêntricas e excludentes, tornando ensinar história mais próximo das demandas por formação de sujeitos críticos e socialmente engajados.

A utilização de oficinas, debates e produções visuais pelos alunos evidencia a necessária e possível ruptura com a concepção de ensino como mera transmissão ou memorização de acontecimentos. Por meio desse exercício, enfatiza-se uma pedagogia do olhar comprometida com a construção de perspectivas decoloniais de justiça e com a valorização das múltiplas vozes que compõem a história latino-americana. Assim, a



análise das representações visuais da guerra não apenas amplia o escopo temático das aulas de História, mas também promove a educação para uma cidadania na qual os sujeitos participam ativamente e identificam as intencionalidades presentes nas culturas visuais propagadas.

Considerações finais: cultura visual, ensino de História e justiça decolonial

A análise crítica da guerra contra o Paraguai, especialmente de suas representações visuais, permite reconhecer que as imagens produzidas no século XIX foram dispositivos estratégicos de construção de uma memória nacional pautada na glorificação militar, na homogeneização cultural e na exclusão de sujeitos considerados indesejáveis. As gravuras da coleção “Quadros históricos da guerra do Paraguay” (Cunha, 2020), longe de serem apenas documentos artísticos, integraram um projeto simbólico do Império brasileiro voltado à legitimação de sua ordem política e social (Cunha, 2019; 2023).

Esses projetos operam pela monumentalização da memória e pela pedagogia da glória, fomentando imaginários de civilização contra barbárie (Puiggrós, 2003; Le Goff, 2013), ainda presentes em culturas curriculares, rituais cívicos e materiais didáticos. Mesmo diante das tensões internas ao campo artístico e político da época, como as disputas entre Agostini, Meirelles e outros atores, o resultado foi a sedimentação de uma narrativa hegemônica, na qual foram silenciadas experiências dos soldados negros, vítimas paraguaias, mulheres e opositores internos ao conflito.

O desafio colocado ao exercício do nosso trabalho educativo, portanto, é romper com esse paradigma narrativo. Para isso, aposta-se na interculturalidade crítica (Oliveira; Candau, 2010). Tal perspectiva implica o rompimento com a reprodução descontextualizada de imagens ou com sua utilização meramente ornamental, exigindo a incorporação da análise crítica da cultura visual como eixo estruturante das experiências curriculares contemporâneas.



A mobilização do Parlamento do MERCOSUL, por meio da Subcomissão de Verdade e Justiça, em 2022, ao debater publicamente os crimes cometidos durante a guerra, ressalta a permanente ferida aberta pelo conflito na memória coletiva da região. Denúncias de extermínio sistemático da população paraguaia, baseadas em censos históricos e documentos oficiais (PARLASUL, 2022; Urdapilleta, 2022), reforçam a necessidade de mobilizar saberes comprometidos com revisitar esses acontecimentos em uma perspectiva de justiça e escuta às vítimas e vozes excluídas.

Nesse sentido, a abordagem decolonial (Quijano, 2005; Fanon, 2022) oferece ferramentas para reposicionar os acontecimentos e o trabalho com as imagens dele emanadas nas salas de aula. Trata-se de valorizar a dúvida, os procedimentos investigativos e os dissensos de outrora e de agora. Assim, quando abordada de forma crítica, a cultura visual transforma-se em ferramenta pedagógica e política.

Por fim, a partir das experiências de pesquisa e de prática pedagógica discutidas neste texto, compreende-se que incorporar a análise crítica da cultura visual amplia os horizontes formativos dos saberes históricos. Nosso ofício não se trata de transmitir conteúdos, memorizar acontecimentos ou fomentar uma identidade homogênea. Diz respeito, no que tange ao objeto discutido, à formação de leitores críticos da visualidade histórica, capazes de compreender em todas as narrativas, textuais ou não, a presença de disputas por sentidos. Nesse gesto ético, estético e político reside o compromisso de formar sujeitos sensíveis, críticos e engajados na construção de uma América Latina mais justa, plural e democrática.

Referências

A **Vida Fluminense**, 20 de junho de 1868, n. 25. Disponível em <https://bndigital.bn.br/>.

ABUD, Kátia Maria. A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular. **Educar em Revista**, v. 27, n. 42, p. 163-171, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/25890>. Acesso em: 17 jun. 2025.



Agência PARLASUL. **PARLASUL realiza sexta audiência pública sobre a Guerra da Tríplice Aliança.** 2022. Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/20546/1/secretaria/parlasul-realiza-sexta-audi%C3%Aancia-publica-sobre-a-guerra-da-triplice-alianca.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

AGOSTINI, Angelo; CAMPOS, Américo de; REIS, Antônio Manuel dos. **Cabrião:** semanário humorístico 1866-1867. Introdução de Délio Freire dos Santos. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP e Imprensa Oficial do Estado, 2000.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida (dir). **Diabo Coxo:** São Paulo, 1864-1865. Ed. fac-similar. São Paulo: Edusp, 2005.

CERRI, Luis Fernando. Código Disciplinar. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de (orgs.). **Dicionário de Ensino de História.** Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 44-47.

CUESTA FERNÁNDEZ, Raimundo. **Sociogénesis de una disciplina escolar:** la Historia. Barcelona: Pomares-Corredor, 1997.

CUNHA, Álvaro Saluan da (org.). “Quadros históricos da guerra do Paraguay”. **19&20**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, jul.-dez. 2020. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/asc_qhgp.htm. Acesso em: 17 jun. 2025.

CUNHA, Álvaro Saluan da. **As batalhas através dos periódicos:** a guerra contra o Paraguai e as trajetórias de Henrique Fleiss e Angelo Agostini na imprensa entre 1864-1870. 2023. 489f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/17051>. Acesso em: 17 jun. 2025.

CUNHA, Álvaro Saluan da. **As litografias da coleção “Quadros históricos da Guerra do Paraguay” na década de 1870:** projeto editorial e imagens. 2019. 340f. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/9961>. Acesso em: 17 jun. 2025.



DOCKHORN, Vera Lúcia Nowotny. **O ensino da Guerra do Paraguai através das imagens**: uma proposta para o uso da fotografia e da pintura como fonte de ensino. 2020. 335f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História), Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MIRANDA, Sonia Regina. Temporalidades e cotidiano escolar em redes de significações: desafios didáticos na tarefa de educar para a compreensão do tempo. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 35-79, 2014. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/92>. Acesso em: 17 jun. 2025.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvOp4v/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2025.

PUIGGRÓS, Adriana. **Qué pasó en la educación argentina**: breve historia desde la conquista hasta el presente. Buenos Aires: Galerna, 2003.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SALLES, André Mendes. O lugar da Guerra do Paraguai em práticas curriculares de professores de História de escolas da educação básica no Brasil e no Paraguai. **SÆCULUM – Revista de História**, v. 26, n. 45, p. 189-202, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/60411>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SALLES, André Mendes; NETO, José Batista. Conhecimento escolar sobre a Guerra do Paraguai: construção de significados e identidades, no Brasil e no Paraguai, no século



XXI. **Revista História Hoje**, v. 9, n. 17, p. 110-136, 2020. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/641>. Acesso em: 17 jun. 2025.

Semana Ilustrada, 18 de outubro de 1868, n. 410. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/>.

URDAPILLETA, José Emilio. Los crímenes de la Triple Alianza: ¿es posible un resarcimiento de Argentina, Brasil y Uruguay? **La Nación** (Asunción). 2022. Disponível em: <https://www.lanacion.com.py/gran-diario-domingo/destacado/2022/09/11/los-crmenes-de-la-triple-alianza-es-posible-un-resarcimiento-de-argentina-brasil-y-uruguay/>. Acesso em: 17 jun. 2025.